

# LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE SÓ NA FRANÇA - ANÁLISE DA CRISE POLÍTICA COM OS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL

## FREEDOM, EQUALITY AND FRATERNITY ONLY IN FRANCE - ANALYSIS OF THE POLITICAL CRISIS WITH WEST AFRICAN COUNTRIES

---

**RESUMO:** Após Aristóteles considerar a democracia como o regime político menos pior entre os regimes, Schumpeter, Dahl e Bobbio desenvolveram técnicas que deram concretude ao estudo da democracia. No contexto pós-Guerra Fria, duas agendas estiveram em destaque: reformar a economia e democratizar os Estados através da introdução do multipartidarismo e realização de eleições livres e justas. No entanto, alguns estudiosos anunciam a morte das democracias. Enquanto a morte da democracia sugere um atentado à proteção das liberdades, neste artigo, baseado na análise da conjuntura, exploramos um paradoxo: o golpe de Estado como forma de reconquista da liberdade. Os casos de Gabão, Níger, Burkina Faso e Mali mostram que o recurso aos golpes de Estado pode ter sido a estratégia mais eficaz para interromper acordos e recuperar a liberdade no uso dos recursos naturais anteriormente sob tutela da França, sua antiga metrópole.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia; Golpes de Estado; África ocidental; Pós Guerra-fria

---

**ABSTRACT:** After Aristotle considered democracy as the least bad political regime among regimes, Schumpeter, Dahl, and Bobbio developed techniques that gave concreteness to the study of democracy. In the post-Cold War context, two agendas were highlighted: to reform the economy and to democratize the States through the introduction of multi-partyism and the conduct of free and fair elections. However, some scholars announce the death of democracies. While the death of democracy suggests an attack on the protection of freedoms, in this article, based on the analysis of the conjuncture, we explore a paradox: the coup d'état as a way to regain freedom. The cases of Gabon, Niger, Burkina Faso, and Mali show that resorting to coups may have been the most effective strategy to halt agreements and regain freedom in the use of natural resources previously under the guardianship of France, its former metropolis.

**KEYWORDS:** Democracy; Coups d'état; West Africa; Post-Cold War

**TOMÁS H. FUEL**  
**JOSÉ L. MATONSE**

**Editor-Gerente**  
[Ivaldo Marciano de França Lima](#)

# LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE SÓ NA FRANÇA - ANÁLISE DA CRISE POLÍTICA COM OS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL

Tomás Heródoto Fuel <sup>1</sup>  
José Lourenço Matonse <sup>2</sup>

## Introdução

A democracia como sistema de organização política dos povos nasce como resposta aos problemas enfrentados pelo povo ateniense, cuja rebelião foi liderada pelo aristocrata Clístenes e encontrou no estadista Péricles um dos seus maiores defensores. Apesar de ter surgido no solo ateniense, as virtudes desse modelo não foram tacitamente elogiadas pelos estudiosos gregos mais influentes do pensamento ocidental. Enquanto Platão defendia um governo não liderado pelo povo, mas pelo rei-filósofo, guiado pela sabedoria como sua principal virtude, na visão de seu discípulo, Aristóteles, a democracia era, entre os regimes políticos, o menos pior. Com o impulso das revoluções liberal inglesa (1640-1688) e francesa (1789-1799), que levaram à queda do Estado absolutista, associadas ao florescimento do movimento iluminista, foram criadas as condições políticas e intelectuais que favoreceram o surgimento da democracia como um modelo-padrão, culminando na fase histórica de maior expansão durante a guerra fria e a desintegração da União Soviética.

Atualmente, a definição mais conhecida de democracia é atribuída a Abraham Lincoln, líder abolicionista e décimo sexto presidente dos Estados Unidos, que a definiu como “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Dessa definição, pode-se inferir que o conceito de democracia está intrinsecamente associado às maiorias, sendo concebido como um regime político no qual o exercício do poder é em benefício de todos. Ao utilizar o termo "povo", Lincoln quis destacar a natureza agregativa do regime, sua amplitude em comparação com a monarquia e a aristocracia.

Apesar da ênfase no povo, citada três vezes na definição de Lincoln, nem sempre o ideal democrático corresponde à realidade. A discrepância entre o ideal e o real se manifesta, entre outras formas, pela ocorrência de eleições fraudulentas que subvertem a vontade dos eleitores, pela falta de garantias de que uma eleição democrática produza líderes democráticos e pela fragilidade das garantias constitucionais e institucionais que comprometem a continuidade do regime democrático. Vale ressaltar que Adolf Hitler na Alemanha e Benito Mussolini na Itália foram líderes democraticamente eleitos. Da mesma forma, Vladimir Putin na Rússia, Victor

---

<sup>1</sup> Doutorando em Administração Pública e Governo na Fundação Getúlio Vargas – São Paulo. [herodotofuel@gmail.com](mailto:herodotofuel@gmail.com)

<sup>2</sup> Ciência Política, Universidade Eduardo Mondlane. [josematonse@gmail.com](mailto:josematonse@gmail.com)

Órban na Hungria, Jair Bolsonaro no Brasil, Donald Trump nos Estados Unidos, José Eduardo dos Santos em Angola, Mohamed Bazoum no Níger e os presidentes destituídos do Níger, Paul-Henri Sandaogo Damiba no Burquina Fasso, Ali Bongo no Gabão, Amadou Toumani Touré no Mali foram igualmente democraticamente eleitos.

Como um organismo vivo cuja vida segue um ciclo, alguns estudiosos analisaram como as democracias morrem. Por um lado, Levitsky e Ziblatt (2018) identificaram os sinais degenerativos da democracia ao examinar o contexto americano, onde a democracia, pioneiramente projetada por pensadores federalistas como James Madison, Alexander Hamilton e John Jay, tornou-se uma referência mundial. Por outro lado, há uma percepção de que a democracia não é aplicável à realidade africana e que esta deve buscar em suas raízes culturais sua própria forma (NÓBREGA, 2010). Eleições fraudulentas, baixas pontuações nos principais índices de avaliação de governança e democratização, e golpes de Estado recorrentes parecem mostrar empiricamente a discrepância entre o ideal democrático e a prática governamental. Essa situação crítica levanta questionamentos sobre se a democracia se tornou um jogo das elites, um sistema de partidos, um governo da minoria ou se, nos moldes em que tem sido implementada, é inadequada ao contexto.

Neste artigo qualitativo, propomos uma síntese do debate sobre a democratização e suas formas de mensuração, com o objetivo de analisar a conjuntura política e econômica em que ocorreram os golpes de Estado no Gabão, Burquina Fasso, Níger e Mali. Se, como afirmamos, uma eleição democrática não garante que a liderança será democrática e, por isso, protetora das liberdades constitucionalmente consagradas, os golpes de Estado ocorridos nesses países, apesar de terem representado uma ruptura da ordem constitucional, podem ser vistos como uma conquista da liberdade. Explicar esse paradoxo é o principal objetivo desta análise. Para tanto, este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresentaremos o debate sobre os condicionantes da democracia e formas de medição ou avaliação, seguido do método, referencial teórico, análise dos casos de Gabão, Burquina Fasso, Níger e Mali e, por fim, as conclusões.

### **Considerações metodológicas**

A gênese da metodologia de análise de conjuntura remonta aos estudos de Karl Marx, Antônio Gramsci, Max Weber, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Norberto Bobbio. Estes estudiosos contribuíram para o desenvolvimento da análise de conjuntura como uma ferramenta importante para compreender a realidade social em um determinado momento e orientar a ação política em direção à transformações sociais mais justas e igualitárias. Segundo Reis e Paim

(2021) e Langa (2023), a análise de conjuntura é uma técnica de análise ou metodologia plural que busca compreender a realidade, interpretar os acontecimentos, fatos e causas, bem como o comportamento dos atores envolvidos, a partir das correlações de força e interesses internos e externos. A análise de conjuntura é, então, uma leitura crítica, histórica, política e interpretativa do real, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre determinada situação ou processo social e subsidiar a tomada de decisões.

A análise de conjuntura é um processo complexo que envolve diversas etapas e procedimentos, podendo ser realizada em diferentes níveis, desde o local até o global. Os procedimentos e etapas podem variar de acordo com o contexto e o objeto de análise, envolvendo a análise de múltiplos níveis e componentes, como a economia, a política, a sociedade e a cultura. Além disso, é importante porque permite compreender e prognosticar o comportamento dos atores em diferentes arenas e identificar tendências que podem influenciar positiva (oportunidade) ou negativamente (ameaça) os interesses dos agentes sociais (QUEIROZ, 2015). Existem dois modos de analisar a conjuntura: partir do ponto de vista do poder dominante ou dos movimentos populares, das classes subordinadas, da oposição ao poder dominante, considerando categorias como acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e a articulação entre estrutura e conjuntura (LANGA, 2023).

Metodologicamente, a análise de conjuntura necessita passar por três fases: descrição dos atores e das variáveis, interpretação e análise da situação e síntese das inferências encontradas (PEREIRA, 2020). Neste trabalho, a análise de conjuntura é relevante para entender o cenário político atual, as relações de poder e as forças que disputam a condução do poder em cada uma das realidades nestes países e região, bem como compreender as mudanças políticas e sociais e identificar oportunidades e ameaças para os diversos setores da sociedade. Por fim, é importante ressaltar que uma análise de conjuntura é uma interpretação da realidade social em um determinado momento e, como tal, está sujeita a limitações e erros, pois não há análise de conjuntura neutra ou desinteressada, havendo sempre uma determinada visão do sentido e rumo dos acontecimentos (SOUZA, 1984).

### **A teoria da democracia e os instrumentos de avaliação**

Os estudiosos gregos Platão e Aristóteles fundaram a visão clássica idealista da democracia, segundo a qual neste regime as decisões políticas são tomadas pelo povo com o objetivo de realizar o bem comum. Coube a Schumpeter fazer a ruptura para uma visão pragmática e realista. Schumpeter (1984, p. 336) define a democracia como "um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decisão

mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor". No trilho aberto por Schumpeter seguiram Dahl e Bobbio, que também apresentam uma abordagem processualista ou procedimental da democracia. Para Dahl (1997), a democracia é um sistema hipotético que serve de instrumento de avaliação do grau de democratização dos diversos regimes existentes. Por fim, Bobbio define a democracia como "um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados" (BOBBIO, 1986, p. 12).

Visto como um modelo de referência, a transição para democracia e sua consolidação foi objeto de diversas teorias, das quais destacamos: modernização, institucional, transição democrática e cultura política. Os estudiosos da teoria da modernização, como Huntington (1994), defendem que a modernização econômica e social cria uma classe média mais ampla, que é mais propensa a apoiar e demandar a democracia (REIS, 2022). Por seu turno, estudiosos institucionalistas, como Linz e Stepan (1996), argumentam que a existência de instituições políticas inclusivas, como eleições livres e justas, partidos políticos competitivos, estado de direito e proteção dos direitos individuais, é fundamental para a consolidação e sustentação da democracia.

Defensores da abordagem da transição democrática, como O'Donnell (1986), argumentam que a abertura política, negociação entre elites, mobilização popular e o estabelecimento de instituições democráticas são etapas essenciais para a consolidação. Os cultores da teoria da cultura política, que aprofundam o trabalho seminal de Almond e Verba sobre "cultura política", enfatizam a importância das atitudes, valores e crenças dos cidadãos em relação à democracia. Com a maioria dos países do continente africano classificados em baixas posições nos instrumentos de avaliação da governação e democratização, parece que a realidade comprova as hipóteses defendidas por estas teorias. Entretanto, estudos apontam importantes limitações destas teorias que as tornam falhas na explicação cabal da experiência democrática africana. Como explicamos mais adiante, analisar a conjuntura na qual o Gabão, Níger, Burquina Faso e Mali tornaram-se independentes e os acordos celebrados com a sua então metrópole torna melhor compreensível o fraco desempenho nos índices de avaliação da democratização e do desenvolvimento econômico.

Avaliar o grau de democratização de certo Estado é uma prática antiga. Em termos da dimensão temporal, o índice DD está disponível para o período 1946–2008, e o índice UDS está disponível para 1946–2012 e a cobertura mais extensa é a dos índices V-Dem, que vai de 1789 a 2019 e é atualizado anualmente. O Polity V e o BMR começam em 1800, o primeiro é atualizado anualmente. Os índices da Freedom House estão disponíveis desde 1973. O Variedades de Democracia (V-Dem), fornece uma base de dados ampla e desagregada que reflete a

complexidade do conceito de democracia, indo além da simples presença de eleições. O V-Dem cobre 202 países. Aproximadamente metade dos indicadores baseiam-se em informações obtidas em documentos oficiais como constituições e outros, e a outra metade consiste em avaliações mais objetivas por cerca de 2.500 especialistas em questões como cumprimento de regras e práticas políticas. O Índice de Democracia foi criado pela The EIU em 2006 e recebe atualizações anuais desde 2010, nos fornecendo uma ideia da situação da democracia em 165 países independentes e em 2 territórios. Baseia-se em 60 indicadores agrupados em cinco categorias diferentes que medem o pluralismo, as liberdades civis e a cultura política de cada país. Os países são categorizados em tipos de regime com base na sua pontuação global no índice: "democracias plenas, democracias imperfeitas, regimes híbridos e regimes autoritários".

<sup>3</sup>A Freedom House classifica as sociedades como livres, parcialmente livres ou não livres. Os dados anuais estão disponíveis desde 1972 para 195 países e 14 territórios em disputa. <sup>4</sup>

A International IDEA compila dados de 12 fontes diferentes, incluindo inquéritos a especialistas e dados observacionais, para criar seus índices do Estado Global da Democracia, que medem cinco atributos fundamentais da democracia. Dentro das democracias, a International IDEA classifica os países como de alto desempenho, desempenho médio e desempenho fraco com base em pontuações em todos os cinco atributos da democracia: governo representativo, direitos fundamentais, controles sobre o governo, administração federal e envolvimento participativo. O Polity IV (PIV) foi originalmente construído com base nos estudos de Gurr (1974) e Eckstein e Gurr (1975) sobre sistemas políticos, com o objetivo de analisar se as crenças comuns sobre as características das autoridades estatais têm possíveis padrões históricos ou interculturais em todo o mundo. O índice Polity IV é composto pelos subíndices Democracia Institucional e Autocracia Institucional, que medem, respectivamente, as características democráticas e autocráticas de um país.

O índice de democratização de Vanhanen (VAN) mede a democracia como uma construção bidimensional formada pela quantidade de competição eleitoral entre os partidos e pela quantidade de participação eleitoral nas eleições (VANHANEN, 2000). O Afrobarómetro, fundado em 1999, é uma rede de pesquisa pan-africana que realiza inquéritos de atitude pública sobre a democracia, governação, economia e sociedade, abrangendo mais de 30 parceiros nacionais responsáveis pela recolha de dados, análise e divulgação de resultados no país e responsável pela realização de pesquisas e armazenamento de dados estatísticos dos países africanos, tornando-se a principal fonte pública de dados do continente africano para medição da democracia.

---

<sup>3</sup> The Economist Intelligence Unit, 2019.

<sup>4</sup> Freedom House, 2018.

O Índice Ibrahim de Governança Africana (IIAG) é a maior ferramenta que mede e monitora o desempenho ou qualidade da governação nos países africanos. Foi inicialmente publicado em 2007 e revisado entre 2018 e 2020, proporcionando um quadro completamente reformulado para as avaliações e monitorias seguintes, tanto a nível conceitual como metodológico. O Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares (MARF), criado em 2003, é um instrumento de avaliação e promoção de Boa governança ao qual os Estados membros da União Africana (UA) aderem voluntariamente e implica revisões periódicas das políticas e práticas dos países participantes para verificar os progressos em quatro indicadores prioritários, nomeadamente: democracia e governação política, governação e gestão económica, governança corporativa e desenvolvimento socioeconómico.

Tabela 1: síntese dos instrumentos de medição da democracia

Índice	Ano de criação	Indicadores	Categoria	Finalidade
<b>V-DEM</b>	1789	Liberdades civis e políticas, eleições livres e justas, participação popular, Estado de Direito, igualdade e responsabilidade do governo, entre outros	Autocracia fechada, Autocracia eleitoral, Democracia eleitoral ou Democracia liberal"	Medir e monitorar o nível de democracia em todo o mundo, fornecendo uma avaliação abrangente e detalhada da qualidade da democracia em diferentes países e regiões
<b>EIU</b>	2006	Processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política	Democracia plena, Democracia imperfeita, Regime híbrido e Regime autoritário	Fornecer uma visão detalhada e imparcial sobre o estado da democracia globalmente e avaliar o estado da democracia em países ao redor do mundo
<b>Freedom House</b>	1941	10 indicadores de direitos políticos e 15 indicadores de liberdades civis (Processo, Pluralismo e Participação, Funcionamento do Governo, liberdade de expressão, associação e organização)	Livre, Parcialmente livre e Não livres	Avaliar o nível e o progresso das liberdades política e civil em todo o mundo
<b>IDEA</b>	1995	Governo representativo, direitos fundamentais, controlo sobre o governo, administração federal e envolvimento participativo.	Democracia, Regime híbrido e Regime autoritário	Medir e promover a democracia ao mesmo tempo que fornece uma análise objetiva e abrangente do estado da democracia globalmente.
<b>PIV</b>	1800	Processo eleitoral, participação e responsividade política, liberdades civis, direitos políticos, controlo do poder executivo, e estabilidade política	Democracia Institucional e Autocracia Institucional	Medir e avaliar o nível de democracia em todo o mundo, fornecendo uma avaliação abrangente e detalhada da qualidade da democracia em diferentes países e regiões
<b>VAN</b>	2000	Competição Eleitoral e Participação Política	Democracia total, Democracia Imperfeita, Regime Híbrido e Regime não Democrático	Medir a democracia como um construto bidimensional formado pela quantidade de competição eleitoral entre partidos e a

				quantidade de participação eleitoral nas eleições.
<b>Afrobar ómetro</b>	1999	Democracia, governação, reforma económica, sociedade civil e qualidade de vida, entre outros aspetos	Melhoria crescente, Deterioração crescente, Retardando a deterioração, saltando para trás, Sinais de aviso e Retardando a melhoria	Fornecer dados e insights sobre as atitudes e opiniões dos cidadãos africanos em relação a diversas questões políticas, sociais e económicas
<b>IIAG</b>	2007	Segurança e Estado de Direito, Participação e Direitos Humanos, Oportunidade Económica Sustentável e Desenvolvimento Humano	Melhoria crescente, Deterioração crescente, Retardando a Deterioração, Saltando para trás, Sinais de aviso e Retardando a melhoria	Medir e monitorar o desempenho ou qualidade da governação nos países africanos
<b>MARP</b>	2003	Democracia e Governação Política, Governação e Gestão Económica, Governança corporativa e Desenvolvimento socioeconómico	Satisfatório, Insatisfatório Parcialmente satisfatório e Não iniciado/ não aplicável	Escrutinar os países que a ele se submetem voluntariamente nos capítulos da governação corporativa, desenvolvimento socioeconómico e questões transversais, como pobreza e desigualdades.

Fonte: elaboração própria

## Democracia na África e os casos de Gabão, Burquina Fasso, Níger e Mali

A possibilidade da consolidação democrática na África não deve estar dissociada da historicidade do Estado, que é fruto do sistema colonial e mantém muitas feições deste sistema. Como tem sido amplamente reconhecido, o sistema colonial não protegeu a liberdade dos colonizados e construiu sistemas económicos subordinados ao capital estrangeiro, não permitindo que a sociedade civil embrionária se desenvolvesse. Com a exceção da assembleia comunitária deliberativa Kgotla do Botswana, que alicerça a sua atual democracia pujante, nos restantes casos, as reformas políticas de vulto ocorreram no pós-independência com iniciativas célebres de líderes políticos de esquerda como, dentre outros, Julius Nyerere na Tanganhica, Samora Machel em Moçambique, Kwame Nkrumah no Gana, Léopold Senghor no Senegal, Thomas Sankara no Burquina Faso e Muamar Khadafi na Líbia.

As políticas de esquerda implementadas por estes líderes ocorreram numa conjuntura caracterizada pelo decurso do conflito ideológico que opunha o capitalismo e o socialismo, culminando com a derrocada deste, simbolizado pela queda do Muro de Berlim em 1989, a dissolução da União Soviética em 1991, seguido da declaração do Consenso de Washington em 1989 e adoção da ideologia neoliberal económica pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Até finais da década de 80, todos Estados africanos enfrentavam graves recessões económicas que causaram instabilidades políticas e sociais. Como resposta, os Estados foram



induzidos pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional a fazer reformas econômicas, conhecidos como Programas de Reajustamento Estrutural, e reformas políticas introduzindo democracias liberais multipartidárias. Decorria nas palavras de Huntington (1994), a 3ª onda de democratizações que arrastou os países africanos.

Alguns anos antes, nos anos de 1960, conhecida como década das independências africanas, as emancipações políticas dos países africanos foram proclamadas num contexto de dependência econômica e necessidade premente de reconquista das liberdades, como assinalou o filósofo moçambicano Severino Ngoenha (1993). Diante deste quadro, a realidade política do Gabão, Burquina Faso, Níger e Mali mostrou feições particulares. Os quatro países são contíguos e estão geograficamente localizados na região ocidental do continente. São antigas possessões coloniais francesas que após as independências mantiveram obrigações que umbilicalmente continuaram os ligando à antiga metrópole. Crowder (s/d) da Universidade de Ifé da Nigéria, refere que economicamente, as colônias da África Ocidental eram tratadas como apêndices da metrópole e foi ignorada qualquer ajuda que pudesse promover melhorias no padrão de vida da população dos sujeitos, os súditos, como então a maioria da população era considerada.

A dependência econômica, conforme Bankole (2020) constatou, foi reforçada com a constituição de uma zona monetária homogênea que deu vantagens à França em prejuízo das suas antigas colônias. Segundo o autor, a França criou uma barreira econômica em 1939, com legislação que confere direito preferencial à França sobre outros países, em todas as transações comerciais. De forma mais detalhada, Elvinger (1988, p. 10), apresentou os onze acordos que vinculam obrigatoriamente a França às suas colônias, que são: o reconhecimento da dívida colonial para pagamento dos benefícios da colonização; confiscação automática das reservas financeiras nacionais; direito de primeira recusa sobre qualquer recurso bruto ou natural descoberto no país; prioridade aos interesses e empresas francesas nos contratos públicos e concursos públicos; direito exclusivo de fornecer equipamento militar e treinar oficiais militares coloniais; o direito da França de desenvolver tropas e de intervir militarmente no país para defender seus interesses; a obrigação de fazer do francês a língua oficial do país e a língua do ensino; a obrigação de utilizar o franco CFA (franco das colônias francesas na África); a obrigação de enviar à França um balanço anual e um relatório sobre a situação das reservas. sem relatório, sem dinheiro; renunciar a toda aliança militar com outros países, a menos que autorizado pela França e a obrigação de aliar-se à França em caso de guerra ou crise mundial.

Como se pode depreender destes condicionalismos, pouco espaço foi reservado para que, no exercício da sua soberania, os países concebessem políticas públicas desenvolvimentistas. Como corolário, todos os países analisados apresentam uma balança comercial deficitária, isto é, importam mais do que exportam. As principais commodities exportadas são minerais e petróleo.

Até a altura do Golpe de Estado no Níger, em 26 de julho de 2023, de entre os produtos mais exportados, o urânio constituía mais de 50% e o principal destino era a França.<sup>5</sup> Para além do domínio econômico, a França também exerce uma forte influência militar através das suas bases militares implantadas nestes países. Lebouf e Quénot-Suarez (2014) apontam a existência de bases francesas também no Níger, Burquina Faso, Gabão e Mali.

Politicamente, até a altura dos golpes de Estado, os países caracterizavam-se pela falta de alternância política e fraca democratização. No Gabão, Ali Bongo Ondimba governou de 2009 a 2023 pelo Partido Democrático Gabonês (PDG) no poder desde a independência. No Níger, o Partido para a Democracia e o Socialismo - PNDS manteve-se no poder desde 2011, liderado por Mahamadou Issoufou. O Burkina Faso experimentou uma transição política em 2015, quando Roch Marc Christian Kaboré, do People's Movement for Progress (MPP), assumiu o poder, encerrando 27 anos de governo de Blaise Compaoré. No Mali, o Rally for Mali, liderado por Ibrahim Boubacar Keïta, venceu as eleições em 2013, quando o Mali regressou à democracia após um golpe militar, e Keïta serviu como presidente até 2020.

Nos três países, com exceção do Gabão, que tem sido classificado pela Freedom House e a The Economist como um regime não livre, os outros países, Burquina Faso, Níger e Mali, têm sido classificados como parcialmente livres e regimes híbridos. Da análise feita, podemos inferir que, apesar de estes países serem considerados independentes politicamente, não se desvincularam do padrão de funcionamento colonial erigido sob o domínio colonial da França. Através de acordos econômicos e cooperação militar, a França manteve a sua forte influência nestes países e sob suas lideranças. As eleições multipartidárias não permitiam a alternância política seja do incumbente do poder e de seu partido, e dada a crescente deterioração das condições de vida da maioria da população, os golpes de Estado parecem ter sido a estratégia mais eficaz para a reconquista da liberdade.

## Conclusão

A ascensão de líderes populistas de direita fez com que alguns estudiosos teorizassem sobre a morte das democracias. Enquanto se vê a morte da democracia como um atentado à proteção das liberdades, neste artigo, com base na análise da conjuntura, analisamos um paradoxo: o golpe de Estado como forma de reconquista da liberdade. Os casos de Gabão, Níger, Burquina Faso e Mali mostram que a relação com a França, sua antiga metrópole, e os vários acordos econômicos e militares celebrados, como por exemplo, a criação da zona monetária homogênea, o direito de primeira recusa sobre qualquer recurso bruto ou natural descoberto no

---

<sup>5</sup> UNCTAD, 2023.

país, e a prioridade aos interesses e empresas francesas nos contratos públicos e concursos públicos, podem ter levado a uma crise política e induzido ao uso do golpe de Estado como a estratégia política mais eficaz para romper constitucionalmente os acordos e reconquistar a liberdade e o direito sobre a terra e o uso dos recursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANKOLE, Kpedetin Alvine Peggy. **O surgimento e o futuro da moeda Franco CFA na perspectiva da integração na África Ocidental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia (uma defesa das regras do jogo)**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRATTON, Michael; VAN DE WALLE, Nicolas. **Democratic Experiments in Africa: Regime Transitions in a Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CHEESEMAN, Nic. **Democracia em África: histórias de sucesso que desafiaram as probabilidades**. Birmingham: Universidade de Birmingham, 2019.

DAHL, Robert Alan. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.

ECKSTEIN, Harry; GURR, Ted. **Patterns of Authority: A Structural Basis for Political Inquiry**. New York: John Wiley & Sons, 1975.

ELVINGER, Jacques, Half a century of legal developments in the field of investment funds, a success story. In: **ALFI 20th Anniversary Jubilee Report 1988-2008**. ALFI, 2008, p. 32-33.

GURR, Ted Robert. Persistence and Change in Political Systems. **The American Political Science Review**, Vol. 68, n. 4, p. 1482-1504, 1974.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva 2011.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. Análise de conjuntura do governo chissano: transições domésticas e pragmatismo econômico em moçambique (1986-2004). **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, vol. 8, n. 15, p. 78-104, 2023.

LEBOEUF, Aline; QUENOT-SUAREZ, Hélène. **La politique africaine de la France sous François Hollande, renouvellement et impensé stratégique**. Paris: Ifri, 2014.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe**. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1996.

NGOENHA, Severino Elias. **Filosofia Africana: Das Independências às Liberdades**. Maputo. Editora Paulinas, 1993.

NÓBREGA, Álvaro. **A democracia em África – Meio século de independências africanas**. Lisboa: Observare/ Universidade Autónoma de Lisboa, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. Transitions, Continuities, and Paradoxes. **Latin American Research Review**, vol. 21, No. 2/3, p. 145-171, 1986.

PEREIRA, Joana Dias. **Associativismo livre: Uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)**. São Paulo: Edições Almedina, 2020.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. **Modernização, mercado e democracia: políticas e economia em sociedades complexas**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

REIS, Camila; PAIM Jairnilson. Análise de conjuntura em saúde: aspectos conceituais, metodológicos e técnicos. **Saúde Debate**, vol. 45, n. 130, p. 795 – 806, 2021.

REIS, Helena Esser dos. Virtudes e Vícios da Democracia. **Philósofos – Revista de Filosofia**. Goiânia, v.11, n.1, p. 115 – 128, 2006.

SANTOS, Wanderley G. dos. Poliarquia em 3D. **Dados**, vol. 41, nº 2, p. 207-281, 1998.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1998.

SOUZA, Herbert. **Análise de Conjuntura**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

VANHANEN, Tatu. A New Dataset for Measuring Democracy, 1810-1998. **Journal of Peace Research**, vol. 37, n.2, p. 251-265, 2000.

## DOCUMENTOS

FREEDOM HOUSE. Freedom in the world 2018: table of country scores. [S. l.]: Freedom House, 2018. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. Democracy index 2019: a year of democratic setbacks and popular protest. [S. l.]: EIU, 2019. Disponível em: <http://www.eiu.com/Handlers/WhitepaperHandler.ashx?fi=Democracy-Index-2019.pdf&mode=wp&campaignid=democracyindex2019>.

UNCTAD, 2023. World Investment Report 2023 | UNCTAD. Disponível em: <https://unctad.org/publication/world-investment-report-2023>.

Recebido em: 12/03/2023  
Aprovado em: 10/11/2023